



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 156/2017 - INEXIGIBILIDADE N.º 009/2017

O **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS**, Estado de Minas Gerais, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, designada pela Portaria n.º 016 de 02 de Maio de 2017, torna público que será realizado o **CRENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DECORRENTE DE ORDEM JUDICIAL, DE ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS E DE MENORES DE 0 A 18 ANOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) DE AMBOS SEXOS COM TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS, ABANDONADOS OU EM SITUAÇÃO DE RISCO**, para **atender o Serviço Social do Município**, com fundamento no Art. 25, caput, da Lei n.º. 8.666/93 e nas demais normas e condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1 Este **Instrumento Convocatório** tem por objeto credenciar **PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DECORRENTE DE ORDEM JUDICIAL, DE ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS E DE MENORES DE 0 A 18 ANOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) DE AMBOS SEXOS COM TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS, ABANDONADOS OU EM SITUAÇÃO DE RISCO**, para **atender o Serviço Social do Município**, conforme especificado no ANEXO I deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 – As Pessoas Jurídicas interessadas em prestar os **SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DECORRENTE DE ORDEM JUDICIAL, DE ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS E DE MENORES DE 0 A 18 ANOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) DE AMBOS SEXOS COM TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS, ABANDONADOS OU EM SITUAÇÃO DE RISCO**, para **atender o Serviço Social do Município**, poderão se credenciar para tal, apresentando os documentos relacionados no **item 5**, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou por servidores deste Município com encargo de recebê-los.

2.2 - Os documentos para credenciamento, deverão ser entregues em envelope lacrado, contendo a razão social, CNPJ, endereço e telefone do credenciado, na Sala de Licitações desta Prefeitura, sita à Praça do Centenário, nº 103, centro, nesta, no período de **19/06 a 23/06/2017**, identificado da seguinte forma:

À Prefeitura Municipal de Paraisópolis – MG
Envelope de “DOCUMENTAÇÃO”
PROCESSO nº 156/2017 INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017

NOME DA EMPRESA LICITANTE

2.3 - Nada obsta que seja credenciado mais de um prestador dos serviços, durante a vigência desse procedimento.

2.4 - Os interessados poderão solicitar credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e que seja vigente o presente edital de credenciamento.

3. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DO CONTRATO:

3.1 Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, o proponente/credenciado deve atender às seguintes condições:

a) Atender às condições de habilitação constantes neste edital e desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento.



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

b) Realizar os serviços pelo valor fixado pela Administração.

3.2. Não será admitida neste Credenciamento a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) empresas das quais participe, a qualquer título, Servidor Público Municipal ou ocupante de cargo de confiança da Prefeitura Municipal de Paraisópolis - MG (Art. 9º da Lei 8.666/93);
- d) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição; e,
- e) Estrangeiras que não funcionem no País.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 A Credenciada deverá realizar os serviços contratados sem cobrança de qualquer valor adicional dos usuários;

4.2 As internações serão realizadas na clínica do prestador de serviço de acordo com a requisição ou autorização emitida pelo Serviço de Promoção Social. Havendo mais de um credenciado, o paciente poderá escolher o prestador de serviço que melhor lhe convier.

4.3 As internações deveram ser realizadas pelo credenciado em até 05 (cinco) dias úteis após a requisição do Serviço de Promoção Social.

4.5 A conferência das faturas expedidas pelos credenciados ficará sob a responsabilidade dos respectivos setores requisitantes através de funcionário designado especialmente para esse fim.

4.6 A Credenciada deverá de imediato, quando solicitado, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

4.7 As guias de requisição de serviços deverão estar autorizadas pelo Serviço de Promoção Social, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas por funcionário especialmente designado para esse fim.

4.8 Os custos de transporte / remoção dos pacientes serão arcados pelo Município de Paraisópolis/MG.

4.9 A Credenciada deverá comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou da diretoria em exercício; ou
- b) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou
- c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização quando a atividade assim exigir; e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir; ou
- d) Registro comercial, no caso de empresa individual.



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.4. – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Estadual;
- d) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede;
- e) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011;

5.3. – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com no máximo 60 dias da data de abertura da licitação;

5.4. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária ou equivalente em plena validade;
- b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma do Decreto nº 4.358/2002, de acordo com o Anexo II.

5.5. – OUTROS DOCUMENTOS

- a) Termo de Credenciamento devidamente preenchido, conforme modelo (Anexo III).

Obs: Nas certidões que não constar vigência, será aceita com validade de 60 (sessenta) dias a partir de sua emissão.

7.2. As empresas participantes que não apresentarem a documentação exigida, apresentarem incompleta ou incorreta, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

7.3 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 Os documentos relativos à habilitação serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação, em até 02 (dois) dias úteis após a entrega.

7. DA VIGÊNCIA E DO DESCREDENCIAMENTO:

7.1 A vigência do presente credenciamento será até **31/12/2017**.

7.2 O descredenciamento poderá ocorrer a qualquer momento, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratadas.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1 As despesas com execução do presente credenciamento correrão à conta da **Dotação Orçamentária nº n.º 02.11.02.08.244.0006.2.044 33.90.39 Ficha 521**

9. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1 – Os pagamentos serão feitos com até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e respectiva emissão de Documentos Fiscais, conferidos e aprovados pelo responsável do Controle Interno;

9.2 – Deverá acompanhar o Documento Fiscal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

9.3 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Paraisópolis e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

9.4 - Relação das ordens de serviços ou requisições devidamente autorizadas pela Departamento Municipal de Saúde ou pelo Serviço de Promoção Social.

10. DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 Por força das Leis Federais nº 9.069, de 29/06/95 e 10.192, de 14/02/01, a periodicidade de reajustamento dos preços será anual, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ficando assegurada à prestadora de serviços e/ou Prefeitura, na forma do art. 65, inciso II da Lei 8.666/93, a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro do contrato.

11. DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E SANÇÕES

11.1. Recursos:

11.1.1. Das decisões proferidas pela Administração do Município de Paraisópolis, através da Comissão Permanente de Licitações caberão recursos nos termos do art. 109 da Lei nº. 8.666/93 e alterações;

11.1.2. O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arazoada e subscrita pelo recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações;

11.1.3. O recurso deverá ser entregue à Presidente da Comissão Permanente de Licitação na Sala de licitações da Prefeitura do Município de Paraisópolis, situada à Praça do Centenário, 103, centro, Paraisópolis – MG.

11.2. Penalidades:

11.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte da empresa credenciada, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do mensal do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual e conseqüente **DESCRENCIAMENTO** da empresa e demais cominações previstas em lei;

11.2.2. A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente 3 (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e o Descredenciamento da empresa e aplicação das demais sanções legais previstas;

11.2.3. As empresas credenciadas ficarão ainda sujeitas às penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, nos casos não previstos neste edital.

11.3. Sanções:



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste edital juntamente com as seguintes sanções:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 O instrumento de credenciamento obedecerá às disposições deste Edital, às normas da Lei n.º. 8.666/93 e da Lei n.º. 8.080/90 e princípios gerais da Administração Pública, sem prejuízo de outras exigências ajustadas pelas partes, a critério da Contratante.

12.2 As empresas credenciadas deverão iniciar seus serviços a partir da Ratificação e Publicação do Credenciamento, a critério do Serviço de Promoção Social.

12.3 São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I – Quadro de Quantidades Estimadas e de Valor;

Anexo II – Declaração de que a empresa não emprega menor de idade em trabalho insalubre ou perigoso;

Anexo III – Termo de Adesão de Credenciamento;

Anexo IV – Minuta do Contrato de Prestação de Serviços.

Paraisópolis/MG, 08 de junho de 2017.

Isis Rezende de Souza Araújo
Presidente da CPL



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I – QUADRO DE QUANTIDADES ESTIMADAS E DE VALOR DAS INTERNAÇÕES

Item	Especificação dos serviços	Quant. Mensal	Quant. p/ 06 meses	Valor Mensal Máximo por interno	Valor Global
01	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação compulsória / voluntária de crianças e adolescentes de ambos os sexos , com transtornos psico-sociais, abandonadas ou em situação de risco. Grau de complexidade do atendimento: Baixo * Pedagogicamente 1 * Psicologicamente F 10 a 19 * Socialmente -1,2	02	12	R\$ 1.825,00	R\$ 21.900,00
02	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação compulsória / voluntária de crianças e adolescentes de ambos os sexos , com transtornos psico-sociais, abandonadas ou em situação de risco. Grau de complexidade do atendimento: Médio-Baixo * Pedagogicamente 1,2 * Psicologicamente F 20 a 30 * Socialmente -1- 5,2 e 3	01	06	R\$ 2.310,00	R\$ 13.860,00
03	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação compulsória / voluntária de crianças e adolescentes de ambos os sexos , com transtornos psico-sociais, abandonadas ou em situação de risco. Grau de complexidade do atendimento: Médio * Pedagogicamente 2-1,2-2 e 3-2 * Psicologicamente F 31,32-40 * Socialmente – 2, 3 e 4	01	06	R\$ 2.800,00	R\$16.800,00
04	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação compulsória / voluntária de crianças e adolescentes de ambos os sexos , com transtornos psico-sociais, abandonadas ou em situação de risco. Grau de complexidade do atendimento: Médio-Alto * Pedagogicamente 1, 2, 3, 4-1 e 4-2, * Psicologicamente F 41 a 70 * Socialmente -2,4 e 5	01	06	R\$ 3.530,00	R\$ 21.180,00
05	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação compulsória / voluntária de crianças e adolescentes de ambos os sexos , com transtornos psico-sociais, abandonadas ou em situação de risco. Grau de complexidade do atendimento: Alto * Pedagogicamente 1, 2,3 4, 5 -5 * Psicologicamente F 71 a 95 * Socialmente -4,5 e 2-5	01	06	R\$ 4.260,00	R\$ 25.560,00
06	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação voluntária de adulto do sexo feminino com transtornos psico-sociais decorrentes de dependência química.	02	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
07	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação voluntária de adultos do sexo masculino com transtornos psico-sociais decorrentes de dependência química.	02	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

08	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação compulsória de adultos do sexo feminino com transtornos psico-sociais decorrentes de dependência química.	02	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
09	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de internação compulsória de adultos do sexo masculino com transtornos psico-sociais decorrentes de dependência química.	02	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					171.300,00

- a) As quantidades mensais de internações bem como as quantidades para o período de 06(seis) meses são estimadas para fins do processo licitatório.
- b) O valor total estimado do presente Credenciamento é de R\$ 171.300,00 (cento e setenta e um mil e trezentos reais).

Paraisópolis/MG, 08 de junho de 2017.

Isis Rezende de Souza Araújo
Presidente da CPL



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE EM TRABALHO INSALUBRE OU PERIGOSO;

Empregador Pessoa Jurídica

Ref.: PROCESSO Nº 156/2017 INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de maio de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Paraisópolis, _____/_____/2017.

Assinatura do representante legal da empresa



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III - TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2017- INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017

Através do presente, a empresa, CNPJ nº....., estabelecida na, por meio de seu representante legal, o Sr....., portador do RG nº e do CPF n.º, vem solicitar credenciamento no item abaixo especificado, conforme constante no Anexo I do Edital do Processo Licitatório n.º 156/2017 - Inexigibilidade nº 009/2017 - **Contratação de Pessoas Jurídicas especializadas em prestação de serviços de INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DECORRENTE DE ORDEM JUDICIAL, DE ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS E DE MENORES DE 0 A 18 ANOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) DE AMBOS SEXOS COM TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS, ABANDONADOS OU EM SITUAÇÃO DE RISCO, para atender o Serviço Social do Município.**

Item	Especificação dos serviços	Quant. Mensal	Quant. p/ 06 meses	Valor Mensal Máximo por interno	Valor Global

No tocante à proposta de preços para prestação de serviços, aceitamos os mesmos conforme definidos no Edital.

Igualmente, informamos que estamos cientes e concordamos com todas condições estipuladas no edital.

Local e Data:

.....

Assinatura do responsável / carimbo da empresa



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2017- INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº xxx/2017

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 18.025.965/0001-02, com sede à Praça do Centenário nº 103, centro, Paraisópolis – MG, representado pelo Sr. Juez José de Carvalho, Diretor do Departamento Municipal de Administração, nos termos do Decreto nº 2690 de 02 de janeiro de 2017, simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, portadora do CNPJ nº _____, sediada à _____, representada pelo Sr(a) _____, portadora do RG/ CPF _____, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando tudo o que consta no PROCESSO LICITATORIO Nº 156/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017, sujeitando-se aos princípios e exigências da Lei 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, RESOLVEM celebrar o presente contrato para a **prestação de serviços de INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DECORRENTE DE ORDEM JUDICIAL, DE ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS E DE MENORES DE 0 A 18 ANOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) DE AMBOS SEXOS COM TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS, ABANDONADOS OU EM SITUAÇÃO DE RISCO, para atender o Serviço Social do Município**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de clínica especializada para a prestação de serviços de **INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DECORRENTE DE ORDEM JUDICIAL, DE ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS E DE MENORES DE 0 A 18 ANOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) DE AMBOS SEXOS COM TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS, ABANDONADOS OU EM SITUAÇÃO DE RISCO, para atender o Serviço Social do Município.**

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

2.1.1. - O Contratante pagará à contratada as seguintes importâncias:

- Item 01 –
- Item 02 –
- Item 03 -

2.2. - Das Condições de pagamento:

2.2.1 - O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal.

2.2.2 – Os pagamentos serão feitos com até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e respectiva emissão de Documentos Fiscais, conferidos e aprovados pelo responsável do Controle Interno;

2.2.3 – Deverá acompanhar o Documento Fiscal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

2.2.4 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Paraisópolis e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

2.3. - Critério de Reajuste

2.3.1. – o presente contrato não sofrerá reajustes.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº. **Dotação Orçamentária nº n.º 02.11.02.08.244.0006.2.044 33.90.39 Ficha 521**

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

- 4.1. - O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á no dia **31/12/2017**.
- 4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 7.1. - Prestar ao Contratado todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato.
- 7.2. - Acompanhar e fiscalizar através do Controle Interno Municipal, o cumprimento do objeto do contrato.
- 7.3. - Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.
- 7.4. - Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos na Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 8ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 8.1. - O Contratado responsabiliza-se, inteira e completamente, pelas internações realizadas em decorrência deste contrato, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.
- 8.2. - O Contratado, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:
- a) por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
 - b) pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;
 - c) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato.
- 8.3 - A Credenciada deverá realizar os serviços contratados sem cobrança de qualquer valor adicional dos usuários;
- 8.4 - As internações serão realizadas na clínica do prestador de serviço de acordo com a requisição ou autorização emitida pelo Serviço de Promoção Social.
- 8.5 - As internações deverão ser realizadas pelo credenciado em até 05 (cinco) dias úteis após a requisição do Serviço de Promoção Social.
- 8.6 - A conferência das faturas expedidas pelos credenciados ficará sob a responsabilidade do respectivo setor requisitante através de funcionário designado especialmente para esse fim.



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.7 - A Contratada deverá de imediato, quando solicitado, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

8.8 - As guias de requisição de serviços deverão estar autorizadas pelo Serviço de Promoção Social, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas por funcionário especialmente designado para esse fim.

8.9 - Os custos de transporte / remoção dos pacientes serão arcados pelo Município de Paraisópolis/MG.

8.10 - A Contratada deverá comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante o fato de o Contratado ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração, através do Serviço Municipal de promoção Social e do Controle Interno Municipal ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA 10 - DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA 11 - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA 12 - DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1. advertência;

13.1.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10^º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

13.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

13.1.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

13.2 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13. 3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

13. 4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Paraisópolis, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 13 - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Paraisópolis, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Paraisópolis, _____ de 2017.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS - CONTRATANTE
JUAREZ JOSÉ DE CARVALHO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas: _____

CPF nº :

CPF nº :